

# EPITÁFIOS: O QUE DIZEM SOBRE OS MORTOS E SOBRE OS VIVOS

Luciana Maria Crestani<sup>1</sup>  
Elisane Regina Cayser<sup>2</sup>

## RESUMO

Relacionados à ritualística fúnebre, os epitáfios são textos que não apenas registram uma prática social secular, mas também legitimam uma identidade social, consolidando-a nas pedras tumulares e perpetuando no tempo e no espaço representações simbólicas de atores sociais. É a essas representações que se volta este trabalho. À luz de estudos sobre o *ethos* discursivo – principalmente de Fiorin (2008) e Maingueneau (1997, 2008) –, analisam-se epitáfios coletados junto ao cemitério da Vera Cruz, em Passo Fundo-RS, no intuito de apreender imagens discursivas que neles se projetam e revelam valores, crenças, anseios de sujeitos de nosso tempo.

**Palavras-chave:** epitáfios, *ethos*, análise discursiva.

## Introdução

Vida e morte são processos complementares de uma existência, sendo que o reconhecimento antropológico da morte fez com que surgisse uma série de práticas ligadas a ela: o luto, os rituais fúnebres e as diversas representações que materializam as emoções humanas relacionadas ao enfrentamento da morte pelo homem. Tais representações estão, como parece devido, muito presentes nos cemitérios, por meio tanto dos textos verbais dos epitáfios quanto nas imagens estatuárias e demais ornamentos, os quais evidenciam a relação conflituosa que uma sociedade, em seu tempo, estabelece com a morte e a ideia de aniquilação do ser.

Os cemitérios, então, constituem-se como espaços multissemióticos, em que diferentes linguagens (verbais e não verbais) interagem na construção dos sentidos e

---

<sup>1</sup> Doutora em Letras (UPM-SP), Professora no Curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: lucianacrestani@upf.br

<sup>2</sup> Professora no Curso de Letras da Universidade de Passo Fundo (UPF), Doutoranda em Letras (UPF), Mestre em Linguística e Letras (PUCRS). E-mail: ecayser@upf.br

permitem leituras sobre os homens: tanto sobre os que se foram — e ali aparecem representados —, quanto sobre os que ficaram, uma vez que são estes que se voltam às ritualísticas fúnebres dedicadas ao morto. Assim, os elementos presentes nesse espaço “dizem” sobre os sujeitos, ou seja, representam construtos sócio-históricos e denotam aspectos relacionados às crenças, aos temores, aos valores cultuados por sujeitos sociais inseridos num dado espaço e tempo.

Na cultura ocidental, a morte é vista como um acontecimento pesaroso e a negação latente frente à ameaça de aniquilação faz com que sejam criadas diferentes imagens a respeito daquele que morre, o que é permeado por crenças de ordem religiosa e por imagens projetadas pelo próprio sujeito que diz. Não raro, por exemplo, em pedras tumulares, imprimem-se mensagens que apregoam uma vida póstuma, uma vida etérea, e com base nisso, tecem-se promessas de um reencontro futuro. Em termos linguísticos, tem-se aí a afirmação de uma identidade, por meio da projeção de um *ethos* discursivo (CHARAUDEAU, 2006). O sujeito do dizer deixa transparecer, no enunciado, uma imagem de si, de sua crença.

Além das mensagens verbais, elementos de ordem não verbal também projetam ideias sobre os sujeitos ali representados, como as fotografias, os símbolos e imagens religiosas, entre outros. Nesse vasto espaço de significações, o foco deste estudo se volta para o discurso impresso nas pedras tumulares: os epitáfios. Sendo o último discurso proferido ao morto (ou em nome dele) e materializado em forma de texto, os epitáfios possibilitam apreender, pelas marcas enunciativas, “imagens” dos sujeitos que dizem e também representações que eles têm do ente falecido. A propósito, na apreensão da imagem do enunciador, não apenas o que é dito importa, mas também o “tom” com que é dito (MAINGUENEAU, 1997). E como “tom” aqui não se está a falar da oralização do discurso, mas sim das características mais marcantes que acompanham a enunciação, do caráter que o enunciador atribui a si mesmo em função do seu modo de dizer.

O intuito deste trabalho, portanto, é melhor entender como os epitáfios perpetuam no tempo e no espaço representações simbólicas de atores sociais. Mais especificamente, busca-se depreender imagens discursivas que se projetam nesses textos e revelam valores, crenças, anseios de sujeitos do nosso tempo. Para tanto, à luz de estudos sobre o *ethos*, principalmente os empreendidos por Fiorin (2008) e por Maingueneau (1997; 2008), analisam-se epitáfios coletados junto ao cemitério da Vera Cruz, de Passo Fundo- RS.

## **A morte e sua representação através dos tempos: breves considerações**

Dentre todas as práticas sociais e religiosas envolvendo a morte, provavelmente as mais famosas tenham sido as promovidas no Antigo Egito. Os egípcios acreditavam que todos os homens tinham uma parte física e uma outra instância que, após a morte do corpo, seguiria existindo em outro mundo. Por isso, havia a necessidade de enterrar os mortos devidamente acompanhados por comidas, roupas, armas, ouro, animais de estimação e até mesmo servos que pudessem servi-los posteriormente. Tratava-se, é claro, de uma manifestação óbvia da crença de que a morte não era o fim, mas sim um momento de mudança de estado, daí a necessidade de se conservar o corpo, para que ele voltasse a ser mais tarde utilizado.

Ariès (1982) lembra que os rituais fúnebres dos egípcios tinham como motivação bem mais do que uma reverência religiosa: o que estava em jogo era a própria manutenção de um aparelho ideológico, e, portanto, social e político. Prova disso é que praticamente apenas aos faraós e às grandes autoridades era concedida a honra da mumificação.

No mundo moderno, a morte passou a ser tratada como uma ruptura – muitas vezes drástica e dramática – com a vida, estando associada ao desejo de imortalidade e, paradoxalmente, à brutal constatação da impossibilidade de alcançá-la.

Em função disso, os rituais, enquanto cerimônias propriamente ditas, sofreram modificações: na modernidade, criaram-se espaços específicos para que a despedida dos corpos seja feita e para que os corpos sejam depositados. Se há algum tempo, como era muito comum no interior do Rio Grande do Sul, os corpos eram velados nas próprias residências em que os sujeitos haviam vivido, na maioria das vezes na sala de estar, sobre uma mesa de uso comum da família enlutada, nos dias de hoje foram criados, nas comunidades, espaços para a realização dos atos fúnebres, distantes das casas e, portanto, do mundo que fica: o mundo dos vivos.

Também o espaço destinado ao enterro dos corpos foi alterado: cemitérios particulares eram comuns em comunidades do interior, ficando, frequentemente, ao lado da casa ou em um ponto em que pudessem ser facilmente vistos, como o alto de uma colina. Razões ligadas às questões de saúde e do próprio planejamento das cidades levaram à proibição de tal prática: os cemitérios passaram a ser coletivos, em espaços pré-determinados e com a administração do poder público.

Tudo isso acentuou o distanciamento entre os vivos e os mortos, ou, dizendo de outra forma, entre o que se entende como vida e a ideia de morte, sendo a vida tomada como o *ser* e a morte tomada como o *não ser*.

O medo da morte acentuou o desejo de mantê-la distante, em cemitérios preferencialmente afastados dos centros urbanos – embora hoje já tenham se incorporado às cidades, em capelas mortuárias com fim específico de velar o morto e acolher o luto dos que ficaram.

Até mesmo o luto passou por modificações. Massie (2012), na biografia *Catarina, a grande*, relata assim a reação da corte russa à morte do pai de Catarina, czarina da Rússia– príncipe Cristiano Augusto, ocorrida quando ela ainda era grã-duquesa, e a interferência de Elizabeth, então imperatriz:

Seu pai tinha partido sem uma palavra final de ternura da parte dela. O pesar de Catarina foi profundo. Fechou-se em seu apartamento e chorou durante uma semana. Então Elizabeth mandou madame Chogloкова dizer a ela que uma grã-duquesa da Rússia não tinha permissão de chorar por mais de uma semana “porque, afinal, seu pai não era um rei”. Catarina replicou que “era verdade que ele não era um soberano reinante, mas era meu pai”. Elizabeth e Chogloкова prevaleceram e, após sete dias, Catarina foi obrigada a aparecer em público. Como concessão, lhe permitiram usar seda presta em sinal de luto, mas apenas por seis semanas. (2012, p. 127).

O fato narrado ocorreu em 16 de março de 1747, na Rússia, e deixa clara a relação entre a morte, o luto e os aspectos sociais e políticos envolvidos em uma sociedade. O ideário criado em torno de um indivíduo determinava o grau de sofrimento que poderia ser demonstrado em relação à sua morte, o que de certa maneira ainda se repete atualmente no caso da morte de celebridades, por exemplo.

No século XX, ainda era frequente encontrar pessoas que se vestiam de preto quando da perda de um familiar. Era o caso de muitas viúvas que passavam a usar apenas roupas pretas até a sua própria morte: sinal de respeito e de consideração pelo falecido. No século XXI, o hábito praticamente deixou de existir. Ariès (1982) chega a dizer que o luto está sendo paulatinamente eliminado, pois em tempos em que o que vale é a felicidade, não há espaço para alimentar a dor. Tudo é vivido muito mais rapidamente: é a sociedade da efemeridade, inclusive do pesar. Os próprios velórios passaram a ser mais

curtos e em ambientes que preferencialmente lembrem pouco a morte, de maneira a tornar menos “pesado” o ambiente.

Os aspectos citados, como outros relacionados às ritualísticas fúnebres, constituem símbolos empregados para demonstrar determinada crença ou sentimento diante da morte do ente querido. Trata-se, portanto, da capacidade de representar das diferentes linguagens.

Nesse contexto, em que explicitamente se contrapõem a vida e a morte, destaca-se a importância dos epitáfios, uma vez que neles se imprimem sentimentos dos vivos em relação aos que morreram, e, assim, evidenciam-se discursos concernentes às diferentes formas com que os sujeitos encaram a morte.

### **Imagens de sujeito construídas no/pelo discurso**

De longa data se estudam relações tecidas entre enunciador e enunciatário via discurso. Bakhtin (1992) discorre sobre a importância da “imagem” que o enunciador tem acerca do destinatário no processo de produção enunciativa, já que as escolhas de gênero e estilo são atreladas a tal imagem. Benveniste (1989) centra seus estudos na enunciação, focando sua investigação na análise linguística e na forma como, nela, se constrói uma imagem de si. Na mesma linha de estudos, Catherine Kerbrat-Orecchioni (1980) examina os procedimentos linguísticos através dos quais o enunciador se inscreve naquilo que diz, posicionando-se, interessando-se tanto pela figura do locutor quanto do alocutário, enquanto sujeitos em relação de dependência mútua. Essa mesma relação de espelho entre os sujeitos interlocutores aparece nos estudos de Michel Pêcheux (1988), para quem os sujeitos do dizer fazem imagens de si mesmos e dos seus interlocutores.

Embora nesses estudos não se enfoque o conceito de *ethos* do modo como ele vem sendo desdobrado atualmente, em qualquer uma das perspectivas o que está em jogo é a forma como o locutor age sobre o seu parceiro na troca verbal, ou seja, a forma como os interactantes agem uns sobre os outros por meio de uma rede de influências mútuas. É nesse processo de construção da significação, da imagem de si e do outro, que se manifesta a natureza profundamente interacional da linguagem. O interlocutor quer fazer com que o seu interactante tenha uma determinada imagem a seu respeito, de tal maneira que seja essa a imagem de certa forma imposta ao outro. Assim é que, no mundo cotidiano das interações, os sujeitos lançam mão de certos recursos linguísticos com vistas a

confirmar, por exemplo, o seu conhecimento sobre determinado tema, ou a sua propriedade para emitir uma opinião a respeito de alguém, ou a sua experiência em certa área para sugerir um comportamento em específico. Em outros termos, trata-se de garantir que na interação conversacional as relações interpessoais sejam vistas como legítimas, e, portanto, os seus interactantes sejam reconhecidos como tal. Não há dúvidas, nesse sentido, de que se trata de papéis já ritualizados socialmente que devem ser resgatados, ou mantidos.

A noção de *ethos* que figura hoje em diversas correntes da análise do discurso tem origem nos estudos antigos sobre a retórica, mais especificamente na *Retórica* de Aristóteles, em que se buscava compreender como o discurso do orador alcançava o êxito na persuasão do enunciatário. A tríade implicada num ato de comunicação eram, então, o *ethos*, o *logos* e o *pathos*. Grosso modo, o *ethos* diz respeito à imagem do locutor produzida pelo discurso; o *logos* é o discurso em si, diz respeito às escolhas nele projetadas; e o *pathos* diz respeito à imagem de enunciatário implicada no discurso, relacionada ao estado de espírito e/ou às “paixões” deste.

A primeira vez que o termo *ethos* figurou nas ciências da linguagem foi em uma pragmática semântica, segundo a qual analisar o locutor inscrito em um discurso não consiste em ver o que ele diz a respeito de si mesmo, mas sim conhecer a “aparência” que lhe é conferida por meio da sua fala. Embora tenha sua origem nos estudos sobre o discurso argumentativo, o *ethos* não se restringe a essa modalidade discursiva. Segundo Amossy (2005, p.24), Dominique Maingueneau “retoma e refina as categorias de cena e de cenografia que introduzira em seus trabalhos precedentes para fazer o levantamento de como o *ethos* aparece não apenas no discurso argumentativo, mas em toda troca verbal”. Entendendo-se por *troca verbal* tanto as interações faladas quanto as escritas.

Para Maingueneau (2008), o *ethos* está relacionado a uma *maneira de dizer* que remete a uma *maneira de ser* atrelada a uma cena enunciativa que valida o que é dito e como é dito. Em seus estudos, o autor problematiza e amplia a noção de *ethos* concebida a partir da Retórica de Aristóteles, conservando dela preceitos básicos:

- o *ethos* é uma noção *discursiva*, ele se constitui por meio do discurso, não é uma imagem do locutor exterior à fala;
- o *ethos* é fundamentalmente um processo *interativo* de influência sobre o outro;

- o *ethos* é uma noção fundamentalmente *híbrida* (sociodiscursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, ela própria integrada a uma conjuntura sócio-histórica determinada. (MAINGUENEAU, 2008, p. 63, grifos do autor).

Assim, em todas as situações, nas diferentes linhas teóricas que foram surgindo com o passar do tempo e às quais foram sendo acrescentados fatores de análise, destacados alguns pontos e suprimidos outros, trata-se de analisar a fala como uma ação que tem como meta influenciar o outro, o interlocutor, em outras palavras, alcançando êxito com um enunciado.

Fiorin (2000) lembra que o intuito final de todo e qualquer ato de comunicação não é informar, mas sim persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. E nesse jogo de persuasão, entram em cena “imagens” do enunciador e do enunciatário. Ou seja, o enunciador, ao produzir um enunciado, tem em mente uma imagem de enunciatário, em função dessa imagem, projeta no texto determinadas escolhas enunciativas (lexicais, semânticas, sintáticas etc.) e não outras, assim como confere ao texto um certo “tom”. Afinal, “[...] não é a mesma coisa fazer um texto para crianças ou para adultos, para leigos numa dada disciplina ou para especialistas nela” (FIORIN, 2010, p. 163). É por isso que, pelo viés da Semiótica Discursiva, enunciador e enunciatário constituem, juntos, o sujeito da enunciação (GREIMAS, COURTÉS, 2008).

Nesse sentido, como o texto projeta as escolhas enunciativas do enunciador voltadas à adesão de um determinado enunciatário (ou um público determinado), é possível depreender, pelas marcas ali projetadas, uma imagem discursiva do enunciador (*ethos*) e do enunciatário (*pathos*). *Ethos*, então, não seria uma imagem de “sujeito real”, “de carne e osso”, mas sim uma espécie de imagem do caráter do enunciador possível de depreender a partir da análise dos discursos por ele proferidos. É comum, por exemplo, “atribuir a Machado de Assis um *ethos* de cinismo, ceticismo e ironia pelo que se depreende de suas obras. Não importa se o autor real, o homem Machado de Assis, tinha ou não tais características. Importa que é essa a ‘imagem de autor’ que transparece em suas obras.” (CRESTANI, 2010, p. 231-232). Essa imagem é o *ethos*.

O *ethos* discursivo, portanto, explicita-se “nas marcas da enunciação deixadas no enunciado. [...] Trata-se de apreender um sujeito construído pelo discurso [...]” (FIORIN, 2008, p. 139). Em termos simplificados, os estudos centrados no *ethos* procuram perceber

o que as marcas enunciativas/discursivas projetadas no texto permitem dizer sobre o enunciador, que imagens constroem sobre ele. É com base em tais compreensões teóricas que se passa, a seguir, à análise dos epitáfios.

### **Imagens discursivas depreendidas dos epitáfios**

O *corpus* de análise constituiu-se de uma amostra de 20 epitáfios coletados junto ao cemitério da Vera Cruz. A análise do material permitiu, pelas recorrências temáticas que mais se evidenciaram, categorizar os epitáfios em cinco grandes grupos: a) epitáfios que reforçam uma imagem de religiosidade tanto da família quanto do falecido; b) epitáfios que valorizam aspectos profissionais ou relacionados ao desempenho de atividades na comunidade; c) epitáfios cuja característica marcante é o tom profético, especialmente em relação aos que permanecem vivos; d) epitáfios que evidenciam o arrependimento por parte dos que ficam; e) por fim, epitáfios que registram o inconformismo dos que permanecem vivos em relação à partida do amigo ou do ente querido. A partir de tal categorização, apresentam-se os cinco tipos de *ethos* discursivos inscritos nos enunciados, bem como a análise das marcas enunciativas que permitem assim concebê-los.

### **O *ethos* religioso**

Parte-se do princípio de que os epitáfios constituem-se como gêneros textuais, tendo uma estrutura, portanto, relativamente solidificada pelo próprio uso ao longo do tempo. Obviamente, estando sujeitos às diferentes crenças existentes, é normal que os epitáfios estejam eivados de marcas da religiosidade, o que é recorrente na maioria deles. Alguns, no entanto, têm essa presença ainda mais marcada, como o epitáfio abaixo:





A citação de um fragmento bíblico demonstra, de imediato, a vinculação religiosa daquele que fala. Além disso, apresenta a resignação do sujeito diante da vontade do Senhor. Linguisticamente, essa resignação é marcada pelo pronome “tua”, em “tua vontade”: não se trata da vontade do sujeito que fala, mas da vontade de outrem, à qual o sujeito se submete. Tem-se, subliminarmente, uma negação do evento da morte: ela não é desejada pelo sujeito, mas é a vontade do Senhor.

A mesma marca religiosa, e também de resignação, fica explícita no uso do termo “Pai”, para designar a figura divina. Nesse emprego, vem à tona a submissão e o aceite de uma suposta instância maior, mais poderosa, à qual se deve obediência, refoçado pelo “sim” inicial da oração. Esse primeiro fragmento, aliás – “Sim, Pai”, marca a enunciação direta do sujeito e poderia, também, ser tomado como um simulacro da fala do próprio morto: ele aceita os seus desígnios e segue, então, o seu caminho.

Diferentemente dessa perspectiva de enunciador é o que se tem na placa tumular que segue:



Aqui, as marcas linguísticas delimitam bem quem é o enunciador e quem é o enunciatário. Quem “fala” é a família que “diz” para o morto e por ele. Sintomaticamente, diferentemente do exemplo do primeiro epitáfio analisado, neste caso trata-se de alguém ainda jovem, que, imagina-se, não tenha tido tempo de elaborar a partida. Então, a palavra, simbolicamente, é claro, cabe à sua família, mais especificamente ao pai e à mãe, que o tratam por “filho amado” e pelo nome, no diminutivo. Tais escolhas projetam um *ethos* de afetividade, de amorosidade aos pais.

Também são eles que “dizem” o trecho da oração do Pai Nosso: “Não nos deixeis cair em tentação, mas livrai-nos do mal. Amém”. A oração parece representar, assim, o apoio e o conforto necessário no momento da despedida.

É interessante observar que essa imagem de religiosidade não parece manter uma ligação lógica com o desenho do carro em que a oração aparece inscrita. Se, porém, é resgatada a ideia da pouca idade do falecido, e essa é aliada à imagem de jovem ativo, “baladeiro” apresentada na fotografia – que foge, aliás, dos padrões fotográficos escolhidos para as lápides –, pode-se inferir que o carro representava uma das paixões do falecido. Tão grande foi a sua atração por carros que até mesmo no seu túmulo isso apareceu eternizado. Isso remete à imagem do *pathos* que tal discurso constrói. Ou seja, o discurso permite construir imagens sobre o *ethos* e também sobre o *pathos*. Paradoxalmente, uma questão pode ser levantada: qual seria, no contexto, a tentação a que faz a referência a oração? Seria, por acaso, o carro, a velocidade? Qual seria o “mal” que a oração roga que fique distante? O automóvel? Um acidente automobilístico? São questões que ficam em aberto.

Essa duplicidade de leitura permite afirmar que há um desdobramento também em termos de leitura do material: o sujeito que enuncia projeta, para si, um *ethos* de religiosidade, de fé nos paradigmas religiosos, resultado das coerções sociais típicas de um contexto fúnebre. No entanto, também coexiste a imagem do sujeito apegado à materialidade, ao prazer. É esse *ethos* conflituoso que emerge da inscrição, crivado ao mesmo tempo pelas coisas do mundo e da espiritualidade.

### **O *ethos* profissional**

Como já dito anteriormente, a forma como a sociedade trata os seus mortos deixa entrever as ideias, os conceitos e preconceitos, enfim, a visão de mundo de uma determinada época (CHIAVENATO, 1998). Dessa forma, é possível dizer que nos discursos ritualizados, como é o caso dos epitáfios, os sujeitos aparecem inscritos sócio-historicamente no e pelo ato da enunciação.

Muito embora a morte pareça frequentemente desvelar, nos sujeitos da interlocução, sentimentos muito ligados à afetividade e à ideia de finitude, aceitando-a ou rechaçando-a, não se pode tomar como surpresa o fato de alguns epitáfios fazerem

referência às atividades profissionais dos mortos. Afinal, trata-se de um tempo em que é preciso socialmente produzir, através do trabalho, da dedicação, até mesmo da abnegação.

É o que fica evidenciado na placa tumular a seguir:



Para a construção da imagem de competência, exige-se do sujeito saber e habilidade: ter o domínio de uma área em particular, na qual tenha exercido a sua atividade profissional, e habilidade para atingir, profissionalmente, os resultados positivos almejados.

O epitáfio em questão, mesmo antes do nome da falecida, apresenta a sua profissão, usando-a quase como se fosse um pronome de tratamento. A anteposição do cargo ao nome – elemento mais particular do sujeito – marca a importância atribuída pela família à profissão do sujeito, em tese dando voz a um discurso que pertencia à própria morta. Além disso, o tom afetivo da abreviatura – “prô” – agrega sentimento à relação profissional. Imagina-se que o dizer venha de um aluno, por exemplo. No entanto, essa expectativa é negada quando o enunciador salienta as virtudes da falecida como esposa e mãe, e só finalmente como mulher, onde se enquadraria o status profissional. Também cabe destacar a imagem da vela existente na placa: ela guarda coerência com a ideia de alguém bem querido, amado, mas também é absolutamente compatível com a profissão de professor, no sentido de que lança luz sobre os demais.

Diferentemente desse tom emotivo evocado pelo epitáfio anterior, o texto que segue se caracteriza pela concisão quase que descritiva:



Logo após o nome, aparece a informação “Ex-combatente da 2ª Guerra Mundial”. A proximidade das duas informações – nome e atividade de destaque que desempenhou durante a vida – denota a importância do aposto. O *ethos* construído pelo enunciador dá conta do valor atribuído por ele à grande façanha realizada, o que, pode-se presumir, tenha sido também positivamente avaliado pelo falecido. Não há nada, na lápide, que possa remeter a possíveis frivolidades – o que inclui a fotografia do morto, absolutamente formal, que assevera o tom de seriedade do sujeito falecido, na condição de ex-combatente.

O ar solene segue na inscrição ao pé da placa: “Da Pátria, a perene gratidão”. Aqui, um fenômeno diferenciado ocorre: o sujeito que diz não é a Pátria, mas sim alguém que, obviamente, fala em nome dela: alguém do círculo de amigos do falecido ou da sua própria família que se outorga o direito de falar enquanto “representante da Pátria”. É algo quase que incontestável: como negar o valor, para a Pátria, de um ex-combatente - alguém que enfrentou a guerra em defesa da ideologia e dos princípios do seu país? Tal importância está diretamente ligada ao perfil de bravura, de abnegação, de altivez do sujeito falecido, o que, nesse contexto, enobrece o caráter profissional do falecido enquanto soldado que foi.

A austeridade profissional, no entanto, é quebrada com a última frase: “De teus familiares, eternas saudades”. Aqui, o enunciado denota o caráter de afeto. Até então, apenas o profissionalismo e a coragem do morto haviam sido mencionados. Parece haver um limite para isso: caso só isso fosse referido, haveria o risco de haver alguém que tomasse o falecido como um sujeito excessivamente austero, frio, altivo ou pretensioso, perdendo, assim, o seu caráter de simpatia. Surge, então, o contraponto: o enunciador refere também o afeto sentido pelos familiares, o que conduz à construção da imagem de um sujeito que despertou respeito, mas também simpatia, amor por parte daqueles com

quem conviveu no âmbito familiar. Um valor não elimina o outro: ambos se complementam, muito embora o profissionalismo/patriotismo pareça, como já dito, o bem mais valorizado no contexto.

### **O *ethos* profético**

Há, sem dúvidas, uma negação da morte na sociedade, o que é demonstrado pela incompreensão e pela perplexidade diante dela. Muito embora não exista uma única pessoa que não saiba que a morte é implacável, mesmo assim busca-se, pelo silêncio sobre o tema ou pela utilização de eufemismos, “evitar a inevitabilidade”.

É justamente o fato de destoarem desse comportamento padrão que chama a atenção nos dois epitáfios que seguem: neles, fala-se da morte, mas não daquela já ocorrida, do próprio morto. Em vez disso, fala-se da morte daquele que ficou.



Quanto ao primeiro enunciado –“DAI-LHE, SENHOR, EM FELICIDADE NO CÉU, O QUE ELE NOS DEU DE TERNURA NA TERRA”–, o apelo a Deus traz à tona uma crença fundada em preceitos religiosos: a morte não é o fim da vida, afinal o sujeito continuará existindo “no céu”, ou seja, em outra instância. É como se existisse uma espécie de contabilidade que leva em conta a maneira como cada um encaminhou sua vida para que seja estabelecida a continuidade – se alguém foi bom, será recompensado por isso; há um ser superior a quem cabe julgar e premiar – e, portanto, punir – aquele que morre.

Já o segundo enunciado –“PARTI DESSA VIDA [INDO PARA] JUNTO A DEUS, MAS NOS ENCONTRAREMOS NO CÉU. ESTAREI NA LEMBRANÇA DE MEUS QUERIDOS PAIS, IRMÃOS, CUNHADOS, SOBRINHOS, TIOS E AMIGOS. QUE LEMBREM DE MIM. TITI”– apresenta, em relação ao primeiro, uma ruptura em termos de narrador: se antes era a família que pedia a intercessão divina, agora quem passa a narrar é o próprio sujeito morto. Trata-se, obviamente, de um efeito de sentido criado pelo uso da 1ª pessoa do singular: o falecido, através da exploração do campo semântico ligado à morte, diz “ter partido para junto de Deus”. Essa referência eufemística mostra como é difícil encarar a ideia da morte, mesmo quando ela se torna efetivamente presente. A conjunção “mas” opera como encadeador coesivo e introduz uma oração adversativa: partir não significa que não haverá mais encontros, pois eles existirão, no céu. Em outros termos, há a lembrança contundente de que o enunciatário também morrerá. Muito embora em todas as sepulturas haja de alguma maneira referências diretas ou indiretas à inexorabilidade de morte, a ideia de o sujeito enunciatário pensar na sua própria morte, por meio da profecia feita pelo falecido, não deixa de ser, no mínimo, inquietante.

O texto fecha com duas afirmações aparentemente contraditórias entre si: o enunciador afirma que ficará na memória dos seus entes queridos, no entanto, por algum motivo, faz o apelo para que eles não o esqueçam, o que pareceria contraproducente, já que demonstra tanta certeza de que será lembrado. Por fim, a assinatura – Titi – confirma o status dialógico do segmento – cria-se a ilusão de que o próprio falecido, agora identificado pelo pseudônimo provavelmente utilizado pela família e/ou amigos, assina a sua “carta de despedida” e, ao mesmo tempo, a carta que lembra o enunciatário do caráter inevitável da sua morte.

O mesmo tom profético aparece no epitáfio que segue:



Nesse, o diálogo que é simulado é entre a mãe, enunciadora, e a filha, já anunciado pelo vocativo “QUERIDA FILHA”. A mãe constrói para si a imagem de sabedora do reencontro posterior – “NOS REUNIREMOS NA PAZ DO SENHOR”, sendo que este “nós” não engloba o sujeito que diz mais o sujeito que lê o epitáfio, mas sim – e apenas– o sujeito que diz e aquele a quem o discurso é dito, no caso, a própria filha morta. É com ela que a mãe busca estabelecer o diálogo.

Ao mesmo tempo, o *ethos* profético que desse trecho se depreende se coaduna a um *ethos* do saber: a proximidade, o amor que a uniu à filha foi o que lhe permitiu saber o que os demais não souberam. Os outros só a conheceram superficialmente, pois só “PRONUNCIARAM O TEU NOME”, sem “COMPREENDER A TUA LUTA”. Dentre os poucos que compreenderam, está a mãe. Daí emergem efeitos de sentido de aproximação entre os sujeitos, de enlaçamento profundo na relação materno-filial, também reforçado pelo trecho “QUE A LUZ DO AMOR QUE NOS UNIU SEJA INFINITA E NÃO SE APAGUE JAMAIS. ”

### **O *ethos* do arrependimento**



A criação de uma imagem de arrependimento no enunciado passa, necessariamente, pela confissão da falha: o sujeito admite determinado ato, para o qual pede perdão: “QUANDO VIVA, NÃO LHES SOUBEMOS DAR O DEVIDO VALOR”. Surge, concomitantemente, o remorso, que corrige a situação ocorrida por meio de uma espécie de promessa – “se estivesse na mesma situação, não faria isso novamente”: “MORTA, DARÍAMOS TUDO O QUE SOMOS E O QUE TEMOS PARA TÊ-LA NOVAMENTE CONOSCO”.

No caso do epitáfio em questão, trata-se de um reconhecimento a denúncias eventuais que levantam a ideia de abandono, descaso dos parentes ou amigos em relação ao falecido. Tal qual uma confissão assinada, o epitáfio poderia remeter a uma imagem de pessoas frias, alheias às necessidades ou à condição do ente em vida, distantes enfim. No entanto, o fato de “dizer a verdade” torna o enunciador digno de receber o benefício do perdão, afinal, ele admite seu erro.

É como se o momento de agora tivesse o poder de anular o passado. “Sim, a participação na injustiça ocorreu, mas não foi consciente”, diria o sujeito em sua defesa. Talvez a desconsideração para com o falecido até tivesse ocorrido mesmo que o enunciador não tivesse participado dela, ou como se ele tivesse sido manipulado por outrem. Enfim, houve uma falta de consciência ao não reconhecer o valor do falecido enquanto vivo. Mas esse erro deve ser neutralizado pelo arrependimento demonstrado e pela demonstração de que, em podendo, se abriria mão de qualquer coisa para se redimir do passado - “DARÍAMOS TUDO O QUE SOMOS E O QUE TEMOS PARA TÊ-LA NOVAMENTE CONOSCO”.

Outro dado a considerar no epitáfio é a responsabilidade coletiva pelo não-reconhecimento do falecido enquanto vivo – o texto usa a 1ª pessoa do plural. Sendo



assim, a culpa não pode recair sobre um único indivíduo, sendo diluída diante da pluralidade de atores, o que também “alivia” a culpa e, se não a elimina, pelo menos diminui o seu peso individual.

### **O ethos do inconformismo**



O epitáfio anterior cria um efeito marcante de aproximação entre enunciador e enunciatário através da informalidade dos vocativos empregados: “COMPANHEIRO” e “CELSÃO”. Ao mesmo tempo, revela a relação existente anteriormente entre o falecido e aqueles que lhe prestam homenagens: tão próxima que mesmo no momento crucial da morte emergem os sentimentos de camaradagem e amizade. Trata-se de construir uma força que não é do corpo, mas sim do espírito, do caráter.

No enunciado “CELSÃO, GRANDE AMIGO E COMPANHEIRO, VOCÊ É INSUBSTITUÍVEL! O nosso desassossego pela tua ausência nem cabe no peito, é uma saudade que sufoca e esta dor dói mais e mais a cada dia. Você Celsão, foi, é sempre será ‘O CARA’ mais legal do mundo!”, o inconformismo em relação à perda é marcado tanto pelas escolhas lexicais do sujeito que diz quanto pelo uso da caixa alta, que dá um tom de grandiloquência ao dito. A estratégia da caixa alta destaca os termos e funciona como simulação de um grito, um lamento, afinal, é uma situação que o justifica.

Note-se, sobre isso, que o sujeito que diz não parece querer ponderar acerca da questão da morte, controlando seus sentimentos: pelo contrário, torna pública sua dor e

afirma, no ímpeto da perda do sujeito falecido, a imutabilidade do sentimento de pesar. Em um texto, tanto cria sentido aquilo que é dito quanto aquilo que é silenciado. Nos segmentos apresentados acima, há a ausência de qualquer referência a uma possível intervenção divina, a um possível reencontro futuro, em outra dimensão, o que poderia aplacar a dor. Nada parece confortar o sujeito que se enuncia, e o inconformismo daquele que diz em relação à morte cria a ideia de que o falecido também gostaria de ser assim lembrado, de forma saudosa, veemente, o que remete ao *pathos* do enunciatário enquanto construção discursiva.

### **Considerações finais**

O conceito de *ethos* permite refletir sobre os processos de adesão dos sujeitos a uma determinada posição discursiva. Confirma-se, com a análise, que é frequente, nos epitáfios, a criação de uma imagem do enunciador como sujeito devoto, religioso, apegado aos preceitos espirituais da existência. Ao lado deste *ethos* —já esperado tendo em conta que se trata de um gênero relacionado a cenas enunciativas em que se manifestam rituais religiosos de diferentes ordens—, no entanto, outras imagens também são construídas para o sujeito que diz: alguns epitáfios buscam ressaltar aspectos profissionais ou relacionados ao desempenho de atividades na comunidade pelos sujeitos, apontando a importância do trabalho, da profissão na vida dos sujeitos; em outros, predomina o tom profético, especialmente em relação aos que permanecem vivos, remetendo às crenças e às certezas desses sujeitos; em alguns, o que se evidencia é o arrependimento, o que aponta para a capacidade de refletir sobre os próprios atos e de pedir perdão, remetendo também ao *ethos* de humildade; já em outros, o que transparece é o inconformismo dos que permanecem vivos em relação à partida do amigo ou do ente querido.

Ao construir imagens discursivas associadas aos sujeitos do dizer, os epitáfios acabam projetando – e perpetuando nas pedras tumulares – sentimentos, valores, crenças, temores de sujeitos situados num contexto sócio-histórico específico. A análise desses textos permite, então, saber sobre o morto e, principalmente, sobre os vivos.

### **Referências**

- AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ARIÈS, P. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4.ed. Intr. e trad. do russo Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Biblioteca Universal).
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHIAVENATO, J.J. *A morte: uma abordagem sociocultural*. São Paulo: Moderna, 1998.
- CRESTANI, L. M. *A oralidade como estratégia enunciativa no jornal on-line*. Tese de Doutorado em Letras. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.
- FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2008.
- \_\_\_\_\_. Pragmática. In: FIORIN, J. L. (Org.). *Introdução à linguística: princípios de análise*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010. v. 2, p. 161-185.
- GREIMAS, A. J.; COURTÈS, J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: Colin, 1980.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise de discurso*. 3. ed. Campinas: Cortez, 1997.
- \_\_\_\_\_. Problemas de *ethos*. In: POSSENTI, S.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. (Orgs.). *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 55-73.
- MASSIE, R. *Catarina, a grande: retrato de uma mulher*. Tradução de Ângela Lobo de Andrade. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

# **EPITAPHS: WHAT THEY SAY ABOUT THE DEAD AND THE LIVING**

## **ABSTRACT**

Related to funeral rituals, epitaphs are texts that not only register a secular social practice, but also legitimize a social identity, reinforcing it on tombstones and perpetuating symbolic representations of social actors in time and space. This work regards these representations. In light of studies on the discursive ethos, especially by Fiorin (2008) and Maingueneau (1997, 2008), epitaphs collected in the Vera Cruz cemetery, in Passo Fundo, RS, Brazil were analyzed in order to understand the discursive images that are projected on them and that reveal values, beliefs, and yearnings of subjects of our time.

**Keywords:** Epitaphs, Ethos, Discursive analysis.

Recebido em 18/12/2017

Aprovado em 17/03/2018